

FIES: ANÁLISE DA PARCERIA DO ESTADO BRASILEIRO COM A KROTON

Aline Veiga dos Santos, Doutoranda, UCB¹

Vera Lúcia Jacob Chaves, Doutora, UFPA²

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é uma política educacional que vigora no país há quase duas décadas. Em 1999, início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Ministério da Educação (MEC) criou o Fies³ em substituição ao Programa Crédito Educativo para estudantes carentes (Creduc), que foi extinto em 1998. O Fies financia aos estudantes cursos superiores em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Para participarem do Programa, as instituições precisam assinar um termo de adesão. Na primeira década de vigência (2000-2009), o Fies foi uma política pouco expressiva, formalizando cerca de 500 mil contratos. Em 2010, o programa passou por importantes ajustes, que culminaram no crescimento exponencial dos contratos e dos gastos, impactando diretamente nos recursos orçamentários da União para a educação. No período de 2010 a 2016, o Fies formalizou 2,39 milhões de contratos e desembolsou recursos da “ordem de R\$ 56,5 bilhões” (FNDE, 2017).

O crescimento foi tão vertiginoso que os grupos privados-mercantis passaram a despontar no rol das empresas que mais receberam dinheiro do governo federal. O Fies “teve seu raio de ação ampliado e se tornou o verdadeiro fundo de financiamento de gigantescas corporações educacionais” (BURGARELLI, 2017, p. 37). Visando compreender esta nova fase do programa, este artigo tem como objetivo analisar o impacto do Fies no quantitativo de alunos da Kroton e na sua receita líquida da graduação presencial. Parte-se do seguinte questionamento: por que o Fies se tornou tão atrativo para a Kroton?

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental. Foram analisados os seguintes documentos: Lei nº 12.202, de 2010; Relatórios de Gestão Anual do Fies elaborados pelo MEC; Relatórios Financeiros Trimestrais da Kroton. Os dados quantitativos e financeiros foram analisados à luz da Estatística Descritiva (REIS, 2008).

“Novo Fies”: fortalecimento da parceria público-privada

¹ aveigadossantos@gmail.com

² veraluciajacob@gmail.com

³ Criado pela Medida Provisória nº 1.827 em 1999 e convertido em Lei nº 10.260, em 12 de julho de 2001.

Com a instituição da Lei nº 12.202, de 2010 (BRASIL, 2010), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o agente operador do Fies e uma série de mudanças marcou essa nova fase do programa, tais como: taxa de juros passou de 6,5% para 3,4% ao ano; financiamento de até 100% dos encargos educacionais; dilatação do prazo para a quitação da dívida (até três vezes a duração do curso financiado); amortização da dívida começa 18 meses após o término do curso; requerimento do benefício a qualquer momento por meio de sistema eletrônico gerenciado pelo FNDE; renda familiar mensal bruta de até 20 salários mínimos.

Essas alterações incidiram na proposição do “Novo Fies” e estão relacionadas às demandas do *lobby* privatista, que viu no Fies uma potencial ferramenta de lucro, de captação de alunos, de ocupação de vagas ociosas e de consolidação do setor. A partir dessas mudanças, o Estado firmou uma forte parceria com o setor privado por meio da injeção de recursos públicos. As regras flexibilizadoras, principalmente a taxa de juros bem abaixo dos juros do mercado, promoveram a explosão do número de financiados. Muitas instituições começaram a incentivar os estudantes, já matriculados, a contratar o Fies. No caso da Kroton, a empresa capacitou funcionários para desempenhar a função de “vendedores” do Fies; disponibilizou salas específicas para fazer o *marketing* do Programa e explicar como utilizar a plataforma do Sistema Informatizado do Fies (SisFies); criou um sistema de acompanhamento do processo de contratação do financiamento, visando dar suporte ao aluno e evitar falhas durante o processo.

Enquanto o número de ingressantes na rede privada cresceu 15,9% entre 2013 e 2014 (BRASIL, 2015), o número de contratos formalizados do Fies cresceu 30,8% (passou de 559 para 732 mil) e o montante de recursos do programa aumentou 115%, saltou de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 5,6 bilhões (valores nominais), no mesmo período. À medida que o número de contratos foi subindo ao longo dos anos, houve uma variação percentual elevada entre os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e a despesa paga. De 2000 a 2010, a execução financeira dos recursos para o Fies não ultrapassou a dotação inicial prevista na LOA. Entretanto, desse período em diante, os recursos executados superaram a dotação inicial. Em 2014, o valor pago foi 789% maior que o previsto. A dotação inicial foi R\$ 1,5 bilhão, sendo que, até o final do ano, foram executados R\$ 12 bilhões (valores nominais) (BRASIL, 2016).

Diante da atual configuração do Fies, tem-se uma dimensão da mercantilização, privatização e financeirização em andamento na arena do ensino superior brasileiro e do que esse programa representa para os demonstrativos contábeis dos grupos educacionais privado-

mercantis. Não é por menos, que os grupos Kroton, Estácio, Anima e Ser apresentam desempenho financeiro acima da média das empresas brasileiras. Isso não se deve somente ao mercado, mas principalmente ao sólido financiamento estatal realizado nos últimos anos. Durante toda a trajetória do Fies, a Kroton foi a empresa que mais embolsou recursos federais. Em 2014, o Tesouro Nacional repassou ao grupo em torno de R\$ 2 bilhões.

Kroton – análise da formidável parceria com o Estado

A abertura de capital da Kroton, realizada no dia 23 de julho de 2007, acelerou seu processo de expansão. Em 2006, a rede contabilizava 7.845 estudantes na graduação; em 2007, 17.997 estudantes, representando um crescimento de 129,4%. Ao fazer uma leitura do mercado educacional no Brasil, a Kroton constatou que “o foco do Estado tem sido o Ensino Básico e o Governo vem criando incentivos, como o FIES e o ProUni, para estimular o investimento privado no ensino superior” (KROTON, 2008, p. 12).

A companhia passou a investir massivamente no marketing do Fies para atrair os alunos. Segundo a Kroton, o “Fies é a ferramenta de financiamento de maior abrangência” (KROTON DAY, 2012, p. 19). Em 2010, somente 10,9% dos alunos da graduação presencial eram beneficiários do Fies. Em 2011, 2012 e 2013, esse percentual representava 21,1%, 45% e 55,6%, respectivamente. Em 2014, a companhia contava com 258 mil alunos financiados pelo Programa, o que significa um aumento de 297% em relação a 2013. Em que pese as mudanças restritivas no programa nos anos de 2015 e 2016, que levaram a uma diminuição do número de contratos formalizados, observa-se que ainda há um percentual bastante expressivo de alunos da Kroton que conta com a linha de financiamento estudantil. Em 2016, os alunos com Fies representavam 46,4% da base total de alunos na graduação presencial (consultar Tabela 1).

Tabela 1: Kroton – estudantes matriculados na graduação presencial com Fies (2010-2016), em mil

Ano	Total de alunos na graduação presencial	Total de alunos com Fies	% de alunos com Fies
2010	76.253	8.329	10,9%
2011	97.280	20.494	21,1%
2012	130.976	58.943	45,0%
2013	156.432	86.956	55,6%
2014	422.783	258.794	61,2%
2015	437.633	238.206	54,4%
2016	412.247	191.426	46,4%

Fonte: *Release* de Resultados Trimestrais – 4T10, 4T11, 4T12, 4T13, 4T14, 4T15, 4T16 (KROTON, 2017).
Elaboração das autoras.

Em 2010, ano de flexibilização das regras do programa, os alunos com Fies representavam apenas 10,9% dos alunos da graduação presencial, atingindo o ápice, em 2014, com 61,2%. Estes dados reforçam a relevância do Fies para a expansão do grupo. O quantitativo de contratos do Fies, formalizados na rede da Kroton, reflete-se nas receitas decorrentes do programa.

Com base nos *Releases* de Resultados Trimestrais da Kroton, a Tabela 2 apresenta o impacto do programa na receita líquida da graduação presencial. O ano de 2011 foi o único em que receita líquida considerou, também, os dados financeiros da pós-graduação (presencial e a distância).

Tabela 2: Kroton – receita líquida (graduação presencial) e receita do Fies (2010-2016), em R\$, milhões

Ano	Receita líquida (A)	Receita do Fies (B)	% (A/B)
2010	521.086	25.567	4,9%
2011	577.254	133.025	23,0%
2012	870.570	383.457	44%
2013	1.190.098	718.640	60,3%
2014*	2.413.570	1.755.602	72,7%
2015	3.732.857	2.633.200	70,5%
2016	3.929.271	2.441.188	62,1%

*A partir do 2º semestre de 2014, foram incorporadas as receitas da Anhanguera.

Fonte: *Release* de Resultados Trimestrais – 4T10, 4T11, 4T12, 4T13, 4T14, 4T15, 4T16 (KROTON, 2017). Valores nominais. Elaboração das autoras.

A Tabela 2 aponta que, em 2014, o Fies representou 72,7% da receita líquida da graduação presencial, o que equivale a aproximadamente R\$ 1,8 bilhão. O Relatório Financeiro do quarto semestre de 2016 mostra que o grupo recebeu R\$ 2,4 bilhões via Fies. A solidez do programa dentro da Kroton, a continuidade do ProUni⁴, a profissionalização da gestão, o crescimento constante das ações na bolsa de valores e o planejamento a longo prazo fortaleceram o processo de fusões e aquisições, resultando na negociação com a maior companhia do País – a Anhanguera – e no aumento dos lucros superior a 100%. Com a transação, a Kroton se tornou a maior empresa educacional do mundo com aproximadamente 1,0 milhão de alunos no ensino superior presencial e a distância, 130 unidades de educação superior e 726 polos ativos de graduação de ensino a distância (KROTON, 2015).

Em 2010, a companhia estava avaliada em R\$ 1,1 bilhão (KROTON, 2011), saltando para R\$ 21,6 bilhões em 31 de dezembro de 2016 (KROTON, 2017). Em grande medida, as

⁴ Instituído pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, oferecendo, em contrapartida, isenção de tributos às instituições privadas. A Portaria do Ministério da Educação nº 2.729, de 08 de agosto de 2005, realizou mais uma modificação no Fies, ao expandir a oferta de crédito educativo do Programa aos estudantes da graduação que são bolsistas parciais (50%) do ProUni.

margens de lucro exorbitantes guardam estreita relação com o elevado volume de estudantes beneficiários do Fies, posto que parcela expressiva das receitas derivadas do pagamento das mensalidades fica garantida. Em 2013 e 2014, a empresa foi líder de crescimento na BM&FBovespa. “Entre meados de 2011 e início de 2015, seus papéis tiveram valorização acumulada de 827%. A empresa chegou a ser listada como a 17ª mais valiosa da Bolsa no auge do gasto federal com o Fies, em meados de 2014, com valor de mercado de R\$ 25 bilhões à época” (BURGARELLI, 2017, 44).

Considerações finais

A redução dos gastos do fundo público na educação superior pública e a materialização de programas como o Fies revelam que a face privado-mercantil tem primazia perante a face pública do Estado. Na esteira da mundialização do capital, o fundo público tem corroborado com a formação dos oligopólios no ensino superior privado brasileiro ao repassar um elevado aporte de recursos para as IES privado-mercantis.

A reformulação do Fies em 2010, além de estimular as parcerias de natureza público-privada, teve relevante impacto nos demonstrativos contábeis dos grandes grupos educacionais. Contando com a torrente de recursos públicos, observa-se no caso da Kroton, que a rede aproveitou as mudanças de flexibilização das regras e instituiu várias medidas para atrair alunos. A companhia passou a investir massivamente no *marketing* do programa. Ao ampliar o ganho em escala e fortalecer a marca, o Fies se tornou um dos pilares de crescimento da Kroton. Mesmo em tempos de ajuste fiscal nas contas do governo federal, a Kroton mantém a hegemonia no setor com a atual política de financiamento estudantil.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2014 - Notas Estatísticas*. Brasília: INEP, 2015. p. 1-15.

_____. Ministério da Educação. *Processo de Contas Anuais FIES*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/auditorias?id=14949>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

_____. Presidência da República. *Lei nº 12.202*, de 14 de janeiro de 2010. Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12202.htm. Acesso em: 2 nov. 2015.

BURGARELLI, Rodrigo. Explosão e implosão do Fies: Como o ensino superior privado virou o centro dos gastos com educação do governo federal. In: Federação dos Professores do estado de São Paulo – FEPESP; MARINGONI, Gilberto (Org.), *O Negócio da Educação: aventurar na terra do capitalismo sem risco*. São Paulo: Olho d'Água, 2017. p. 37-54.

FNDE. *Fies – Repasse de CFT-E*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fies/mantenedoras-e-ies/repasse-cft-e-fies>>. Acesso em 24 maio 2017.

KROTON. *Release de Resultados Trimestrais – 4T10, 4T11, 4T12, 4T13, 4T14, 4T15, 4T16*. Disponível em: <http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=5116>. Acesso em: 29 maio 2017.

_____. *Release de Resultados Trimestrais – Resultado do 4T07*. 20 fev. 2008. Disponível em: <http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/arquivos/Kroton_ER_4T07_PORT.pdf>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____. *Release de Resultados Trimestrais – Resultado do 4T10*. 22 mar. 2011. Disponível em: <http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?tipo=51168&id=0&idioma=0&conta=28&submenu=&img=&ano=2010>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____. *Release de Resultados Trimestrais – Resultado do 4T14*. 19 mar. 2015. Disponível em: <http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?tipo=51168&id=0&idioma=0&conta=28&submenu=&img=&ano=2014>. Acesso em: 22 mar. 2016.

KROTON DAY. 2 - *VP Financeira* - Frederico Abreu. 22 jul. 2012. Disponível em: <http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/arquivos/3%20-%20Kroton%20Day%20-%20Fred%20Abreu_CVM.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

REIS, Elizabeth. *Estatística descritiva*. 7. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2008.